

Sem novas medidas, recepção pode ser negativa em Washington

por Paulo Sotero
de Washington

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, poderá encontrar um ambiente pouco receptivo em Washington, neste fim de semana, para onde viajará para participar das reuniões do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional e do Comitê de Desenvolvimento do FMI, se até lá não tiver anunciado pelo menos algumas das medidas de estabilização econômica com as quais já acenou.

No governo americano, a falta dessas medidas é vista hoje como o principal empecilho para a finalização do pacote de renegociação com os bancos, pois delas depende o início das negociações com o FMI, que condiciona, por sua vez, o início do processo de venda do pacote ao mercado. "As dificuldades que ainda persistem na negociação entre o Brasil e os bancos são todas de forma, e podem ser rapidamente resolvidas. Mas o que está amarrando o desfecho não são problemas de forma, mas de substância de política econômica, no Brasil", disse uma fonte oficial interessada nas negociações.

Washington deve intensificar seus esforços políticos junto ao Palácio do Planalto, nesta semana, para tentar mostrar ao presidente José Sarney a importância de anunciar pelo menos algumas medidas concretas que confirmem a decisão do governo de colocar a política econômica num curso que é considerado correto.

O segundo empréstimo-ponte que o Brasil pedirá aos bancos, uma vez fechado o pacote que está sendo negociado atualmente em Nova York, deverá ser da ordem de US\$ 1,6 bilhão e será levantado entre um número bastante reduzido de bancos. Fontes financeiras disseram a este jornal que a idéia inicial é mobilizar cerca de quarenta grandes bancos para levantar o dinheiro, cuja liberação o governo brasileiro condiciona à continuação

dos pagamentos de juros entre abril e julho, quando, na melhor das hipóteses, o acordo em fase de negociação entrará em vigor. Um cenário alternativo, indicaram as fontes, é limitar este segundo "bridge-loan" aos catorze bancos que integram o comitê, sete dos quais são dos Estados Unidos.

Esse segundo empréstimo-ponte, que terá prazo de vencimento ainda mais apertado do que os US\$ 3 bilhões que o Brasil obteve de 114 bancos, por 180 dias, em dezembro passado (para cobrir dois terços dos juros não pagos em 1987), ainda não começou a ser discutido. Um executivo bem situado indicou a este jornal, no entanto, que os credores sabem que terão de desembolsar algum dinheiro nos próximos três meses, para preservar as chances de efetivação do arranjo estruturado pela equipe do ex-ministro, Luiz Carlos Bresser Pereira, em outubro do ano passado, para tirar o Brasil da moratória. "Mas o número de bancos terá de ser limitado, pois não podemos voltar aos 114 bancos e, muito menos, a um número maior de bancos, e tentar vender-lhes um segundo empréstimo-ponte".

Como o primeiro, esse segundo empréstimo deverá ser pago com o desembolso da primeira parcela do empréstimo de até US\$ 5,8 bilhões que os bancos concordaram em conceder ao Brasil como parte do pacote de reescalonamento da dívida.

Em outros fatos relacionados à negociação, que foi retomada ontem em Nova York e está caminhando mais lentamente do que as partes envolvidas gostariam, fontes oficiais brasileiras e americanas informaram a este jornal serem remotas as chances de o Banco Mundial vir a conceder qualquer tipo de garantia formal a uma parte do empréstimo de até US\$ 5,8 bilhões, como desejam os bancos. Durante a reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o pre-

sidente do comitê de bancos, William R. Rhodes, do Citicorp, sondou o secretário-adjunto do Tesouro, David Mulford, sobre o assunto. Mulford disse-lhe que o secretário do Tesouro é contra o envolvimento do Banco Mundial nesse tipo de negócio, mas ficou de fazer uma consulta. Na semana passada, Mulford comunicou

aos bancos que a posição de Washington não se alterou. Isso e a relutância do próprio Banco Mundial à concessão desse tipo de garantia, que é forte, deixam o Brasil numa posição confortável, pelo menos nesse aspecto particular, pois caberia ao governo brasileiro a iniciativa de solicitar a garantia ao BIRD, caso ela fosse viável.